



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Onate, Alberto Marcos

A leitura husserliana da história da filosofia

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 29, núm. 1, 2007, pp. 51-55

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324783007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A leitura husserliana da história da filosofia

Alberto Marcos Onate

Departamento de Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Rua da Faculdade, 2550, 85903-000, Toledo, Paraná, Brasil. E-mail: am.onate@uol.com.br

**RESUMO.** O artigo expõe e discute como Edmund Husserl se apropria da história da filosofia para desenvolver suas próprias concepções fenomenológicas. Desde os gregos até a contemporaneidade desenvolve-se um mesmo fio condutor teórico que culmina com a formulação da redução fenomenológica e da subjetividade transcendental.

**Palavras-chave:** Husserl, história da filosofia, redução, racionalidade.

**ABSTRACT.** *Husserlian reading of the history of Philosophy.* The article explains and discusses how Edmund Husserl appropriates the history of philosophy to develop his own phenomenological conceptions. Dating back from the Greeks until modern times, one same theoretical orientation was developed, which culminates with the formulation of the phenomenological reduction and of the transcendental subjectivity.

**Key words:** Husserl, philosophy history, reduction, rationality.

## Introdução

No volume inicial da obra *Filosofia primeira*, que reúne as lições dadas por Edmund Husserl durante 1923 e 1924 na Universidade de Freiburg, o pensador alemão aborda de modo singular a história da filosofia, colocando-a sob os auspícios da fenomenologia. Destacam-se os nomes de Platão, Descartes e Kant. Platão é considerado o marco inaugural de uma crítica radical da razão, mediante a qual se desenvolve uma metodologia universal absolutamente autojustificável, com fundações absolutas, desembocando em uma ciência da totalidade dos princípios puros de todos os conhecimentos possíveis e da totalidade das verdades puras que encerram esses sistemas de conhecimentos. Programa fundante que se consolida na obra de Descartes. A filosofia cartesiana retoma a luta contra o ceticismo e, mais diretamente, contra o subjetivismo de toda a tradição cética, que nega a possibilidade de todo conhecimento objetivo. A obra cartesiana se propõe a combater as argumentações céticas desde o âmbito em que essas se instauram, ou seja, desde a subjetividade cognoscente certa de si mesma. O *cogito* é o ponto arquimediano sobre o qual se apoiará a edificação sistemática e absolutamente segura da verdadeira filosofia. Inaugura-se um subjetivismo transcendental, sem compromissos com o ceticismo. Tal subjetivismo transcendental vislumbrado por Descartes encontra sua formulação mais coesa em Kant. A grande contribuição kantiana consiste na exigência de abandonar a atitude natural de conhecimento,

mediante a elaboração de uma ontologia formal do mundo objetivo, articulada em um sistema transcendental unitário de conceitos e de princípios fundamentais.

Apresentar e discutir a importância desse diálogo com a história da filosofia para a elaboração da fenomenologia husserliana, eis o propósito norteador do presente trabalho. Pretende-se, sobretudo, pensar os laços conceituais e metódicos entre a fenomenologia em sua versão inaugural e a tradição filosófica. Todo diálogo entre pensadores implica em um deslocamento semântico e sistemático, em que não se aplica o critério estrito de fidelidade ou infidelidade, correção ou incorreção no vínculo entre predecessores e sucessores. O que importa, no caso, acompanhar e debater concerne à fecundidade das apropriações ou desapropriações conceituais efetuadas por Husserl em relação às obras filosóficas por ele consideradas como pioneiras ou, até mesmo, desbravadoras do campo de experiência transcendental, tema das descrições fenomenológicas.

## Desenvolvimento

Para Husserl, o binômio Sócrates/Platão é responsável pela elaboração da idéia de ciência verdadeira, sinônimo de filosofia, bem como do método que permite realizá-la. Diante do ceticismo sofisticado, que negava qualquer ciência do ser, do bem e do belo, Sócrates propõe-se a resgatar a legitimidade do desenvolvimento humano conduzido pela razão. O interesse socrático diz

respeito à vida moral, sendo a virtude produto de um comportamento racional. Para efetivar-se, a vida virtuosa implica em uma radical e continuada consciência de si, na qual se apresentam de modo intuitivo e evidente as essências puras e gerais norteadoras de todas as condutas virtuosas. Só voltando-se racionalmente a si pode o homem desvelar as normas válidas para todos os comportamentos individuais e empíricos. Instaura-se assim, embora sem plena consciência de seu alcance, uma visada transcendental voltada à compreensão das estruturas gerais inerentes à ação humana.

Se o programa socrático circunscreve-se ao âmbito ético, Platão pretende estendê-lo a todo tipo de conhecimento. A dialética platônica constitui, *avant la lettre*, uma crítica da razão que não é apenas propedêutica, mas se assume enquanto ciência fundamental da totalidade dos princípios puros de todo conhecimento possível e da totalidade das verdades puras a ele inerentes, integradas em uma unidade sistemática racional. Descobre-se o âmbito geral do conhecimento eidético (*Ideenwissenschaft*), centro articulador de conceitos eidéticos e de leis eidéticas, cujas características básicas são a pureza, a universalidade, a necessidade e a evidência: “Pode-se afirmar que é só com Platão que as idéias puras – de conhecimento autêntico, de teoria e de ciência autênticas e, englobando-as todas, aquela de filosofia autêntica – surgiram na consciência da humanidade” (Husserl, 1956, Lição 2).

Investiga-se o que tem validade, *a priori* e em uma generalidade formal, para qualquer objeto possível, ou seja, para quaisquer sentidos objetivos que possam intervir enquanto substratos de qualidades que lhes são atribuíveis, enquanto propriedades relativas ou outras condições semânticas. Trata-se não apenas de composições sintéticas de juízos possíveis ligados por substratos semânticos equivalentes, mas também por composições sintéticas nas quais os juízos se ligam de modo concordante. Constituem-se sistemas de formas (*Gestaltssystemen*) nos quais os mesmos substratos podem funcionar como dados em uma relação de concordância e como formas de determinação concordante que eles adotam em tais sistemas. Toda forma de determinação concordante instaura leis para os objetos em geral que possam se submeter a tal forma, em uma contínua atividade de constituição transcendental.

O projeto platônico serviu de modelo à consolidação de diversas ciências positivas, em particular no campo das matemáticas. A geometria e a aritmética puras tratam de figuras espaciais e de

formas numéricas idealmente possíveis relacionadas de maneira normativa com idéias-limite passíveis de plena intuição eidética, das quais derivam todas as demais aproximações. Sobretudo a geometria foi pioneira em se ordenar sistematicamente em formas de pura consequência, fundada em leis de essência imediatas e revelando as leis de essência mediatas naquelas implicadas. Assim ela se habilitou a explicar racionalmente todo dado particular subordinado a tais leis.

Apesar dessas conquistas platônicas, algumas questões relevantes não foram devidamente encaminhadas. A primeira delas concerne à relação entre o caráter necessário das leis apriorísticas e o aspecto contingente do humano que opera com elas. Deve-se investigar em que medida a necessidade das leis apriorísticas é influenciada pela contingência do existir humano. O segundo grupo de questões diz respeito à relação entre o âmbito apriorístico e o conjunto do mundo tal como se apresenta à experiência. Deve-se averiguar em que medida o mundo em sua totalidade é compreensível fora dos parâmetros estritos estabelecidos pela própria atividade de conhecimento.

Tratar decisivamente de tais questões implicava discutir a humanidade do humano ou, em uma terminologia moderna, a subjetividade do sujeito. O cerne das argumentações sofisticas antigas já gravitava em torno desse eixo temático. O humano, enquanto âmbito do processo de conhecimento, opera mediante atos que lhe apresentam aquilo que aparece interna ou externamente. O transcendente que se apresenta, seja real ou ficcional, submete-se necessariamente aos atos que o apresentam. Portanto, é somente no seio dos atos humanos de apresentação que se podem estabelecer as diferenças determinantes daquilo que aparece. Eis o fio condutor para compreender-se a afirmação sofisticada de que “o humano é a medida de todas as coisas”. O universo, real ou possível, só adquire seu estatuto de apresentação enquanto conteúdo de uma consciência em geral que instaura seu sentido.

No caso da sofisticada, a ênfase no humano como campo privilegiado de constituição de todo aparecimento estava a serviço de uma negação peremptória da possibilidade de qualquer conhecimento verdadeiro. Apenas com Descartes inicia-se uma curva de reversão nessa tendência negativa, mediante a avaliação radical de suas implicações. A postura cética levada a seu extremo desemboca, de modo paradoxal mas sistemático, em uma fundação do conhecimento. Alicerçada na pureza de um movimento reflexivo radical da consciência e extraíndo dele todas as consequências

pensantes, a filosofia habilita-se a um desenvolvimento regado e justificado, em suas variadas etapas.

Husserl privilegia, no conjunto da obra cartesiana, as *Meditações sobre filosofia primeira*, concentrando ainda sua análise na primeira e na segunda meditações. Nelas Descartes considera que, apesar dos imensos esforços anteriores, não se obteve uma ciência absolutamente fundada. Para atingi-la, faz-se necessário duvidar metodicamente de todos os conhecimentos estabelecidos até então. Cumpridas as diversas etapas da dúvida, a ponto de torná-la hiperbólica, remanesce a constatação de que, embora este mundo que se apresenta ao eu possa não ser, o eu que o apresenta se mostra indubitável. Husserl entende que o desvio capital da filosofia cartesiana ocorre na passagem do *cogito*, enquanto mera equivalência entre pensar e ser, à *res cogitans*, enquanto unidade natural articuladora dos pensamentos. Decorre daí uma série questionável de deduções: da finitude do eu humano à existência necessária de Deus, do critério de evidência à validade objetiva das ciências matemáticas e da ciência matemática da natureza, da idéia de mundo objetivo verdadeiro à doutrina das duas substâncias. Husserl entende que “aconteceu a Descartes o que aconteceu a Cristóvão Colombo, que descobriu o novo continente sem saber e acreditou ter descoberto apenas uma nova via marítima até a antiga Índia” (Husserl, 1956, Lição 10).

Atendo-se ao *cogito* cartesiano, Husserl considera que nele se coloca em evidência a subjetividade imediatamente consciente de si, capaz de ter uma experiência indubitável de si, em cujo âmbito todo objeto deve constituir-se. Eis o domínio puramente subjetivo ao qual o relativismo pretende circunscrever o aparecimento de todo objeto cognoscível. O relativismo questiona a possibilidade geral do conhecimento objetivo que pretende ultrapassar os limites da consciência momentânea e contingente, bem como das paixões e ações a ela inerentes. Embora Descartes não os tenha desenvolvido, importantes desdobramentos do *cogito* permitiriam suplantar a postura relativista, sem a necessidade de apelar a outras noções ou princípios de caráter dedutivo. Decorre daí o diagnóstico husserliano: “Descartes se deteve no umbral da filosofia transcendental, à qual ele abriu o caminho, se deteve no umbral da única filosofia verdadeiramente radical... Sua convicção de que era preciso retornar aos fundamentos de todo conhecimento na subjetividade transcendental não deu frutos nem para ele nem à posteridade” (Husserl, 1956, Lição 11).

Trata-se de indagar como a subjetividade cognoscente, em sua vida de consciência pura, conduz à produção de sentido que se designa como “objetividade”. Não uma teoria progressiva de uma objetividade que ela possuiria já na experiência e na crença empíricas, mas como em si mesma ela alcança essa posse, a partir de sua própria produção semântica. Isto se verifica já nos eventos mais imediatos: a percepção de um objeto material constitui um ato de consciência que opera, em consonância a múltiplas estruturas determinantes, doação de sentido e posição de efetividade. A partir da descoberta cartesiana da subjetividade pura, pode desenvolver-se uma nova investigação, uma ciência transcendental, cuja tarefa consiste em estudar de modo geral e em todos os níveis como se constitui subjetivamente no conhecimento a objetividade enquanto tal. O decisivo na nova ciência consiste em preservar-se da recaída, sempre tentadora, na atitude ingenuamente objetiva. Ao invés de questões objetivas, abordam-se questões transcendentais, concernentes às estruturas propiciadoras de quaisquer emergências semânticas, que se encontram na base dos eventos objetivos. Pode-se, seguindo tal orientação metódica, efetivar paulatinamente um intuicionismo de caráter estritamente descritivo, ou seja, que procura apenas expor as operações constitutivas inerentes à atividade do eu transcendental.

A palavra “transcendental” evoca, por si só, uma proximidade essencial entre a fenomenologia husserliana e o criticismo kantiano. Proximidade problemática, pois comporta distanciamentos também essenciais. Embora reconhecendo a grandeza da obra kantiana, Husserl vê nela diversos componentes “metafísicos”, tais como as noções de coisa-em-si, de intelecto arquétipo, de apercepção transcendental, que não se enquadram em um autêntico transcendentalismo fenomenológico. Na perspectiva husserliana, um subjetivismo transcendental conseqüente, que coloca a subjetividade pura como domínio originário de todas as doações de sentido e produções de verdade, não pode fazer concessões a hipóteses metafísicas a respeito de um ser que se colocaria aquém ou além do ser constituído intencionalmente. Mesmo que Kant, em sua teoria da síntese, trate de relações intencionais, faltou dar-lhes a devida fundação, ou seja, consumir o trânsito da atitude natural à atitude transcendental, em consonância ao método de redução fenomenológica.

Em sua empreitada crítica, Kant privilegia o método regressivo, indagando pelas condições de possibilidade e deduzindo a partir delas. Ultrapassa-

se a relação imediata e ingênua com os entes dados no mundo, em direção a um conhecimento do sentido que torna possível a própria experiência dos entes. Tal ultrapassagem desenvolve-se mediante um procedimento construtivo no qual se investiga sob quais formas conceituais e legais pode apresentar-se um mundo objetivo em geral cognoscível por todos os sujeitos cognoscentes, na síntese de toda experiência possível. Conquistas importantes, reconhecidas pela leitura husserliana, mas que comportam certos limites, pois “a legalidade apriorística em virtude da qual a subjetividade transcendental constitui em si a objetividade (segundo sua forma racional que justamente possibilita a objetividade) tem, em definitivo, apenas a significação de um fato antropológico universal” (Husserl, 1956, Lição 27).

Patenteia-se o enraizamento mundano da filosofia de Kant, ou seja, verifica-se que sua postura crítica ainda opera desde uma consideração imanente ao mundo. É justamente tal dependência posicional em relação ao mundo enquanto totalidade de entes que constitui o critério estratificador da leitura husserliana da história da filosofia. Em graus variados de radicalidade, os diferentes momentos dessa história concorrem para viabilizar a emergência do procedimento fenomenológico de redução transcendental, totalmente desvinculado de qualquer posição de mundo.

Dá-se início ao procedimento de redução com a crítica da experiência mundana. Verifica-se a necessidade ou a contingência da crença na existência do mundo. Considere-se, por exemplo, a percepção de qualquer objeto mundano. Constata-se que cada evento perceptivo comporta tanto visadas (*Meinungen*) efetivas quanto co-visadas e pré-visadas instauradoras do sentido que perfaz aquilo que se dá enquanto objeto. Co-visadas e pré-visadas a que se ligam possibilidades continuamente abertas de que o objeto da experiência mundana seja outro ou mesmo não seja. Situação similar ocorre com a percepção global, integradora de todas as percepções particulares, mediante a qual se tem a consciência contínua de um mundo unitário que dura no transcorrer do tempo e subsiste às suas transformações. O fluxo das percepções mundanas implica em um processo permanente de correções conseqüentes. Toda apreensão antecipadora que não se confirma pode ser substituída por uma apreensão modificada que restabelece a concordância, permitindo que se refira univocamente ao mesmo mundo experimentado. Cabe, portanto, indagar se a estrutura unitária da experiência universal do mundo constitui uma necessidade apodítica,

considerando-se esta como a impossibilidade inerente a qualquer visada de apresentar algo-outro do que se visa, ou mesmo a negação do que se visa. No presente um mundo se dá: vive-se e viveu-se, em consonância aos eventos mnemônicos, em um equilíbrio empírico no qual persiste a concordância da confirmação de todas as percepções ou o seu restabelecimento espontâneo no caso de rupturas ocasionais. Trata-se de uma crença empírica, de uma mera antecipação sempre sujeita à hipótese de uma não confirmação global, sempre submetida à possibilidade de uma ilusão de tipo transcendental. Tal tipo supremo de ilusão não comporta correções que propiciariam verdades correspondentes, nem a saída de colocar-se outro ser verdadeiro em substituição ao mundo não existente.

Toda crença na existência do mundo, com a totalidade do conteúdo objetivo que lhe é inerente, mostra-se meramente presumível. O mundo não tem necessidade de ser, haver sido ou continuar sendo. Diante disso, resta perguntar qual o modo de experiência e qual a ciência nas quais o mundo pode restabelecer sua validade filosófica, ou seja, encontrar seu fundamento? Na exploração do campo de experiência transcendental, olvidado pela tradição filosófica, a ser descrito no âmbito da ciência absoluta, que constitui uma tarefa infinita de conhecimento. Falta, para que a redução se consume, submeter a uma crítica a consciência de si propiciadora da experiência transcendental. Tal crítica nos coloca diante de uma dupla significação do eu. Tomado em sua acepção ordinária, o eu consiste em uma unidade psicofísica pertencente ao mundo, um objeto entre outros da experiência mundana, unidade que Husserl designa *eu-objeto*. Tomado em sua acepção transcendental, o eu se auto-apreende na experiência transcendental de si, na percepção de si operada pela reflexão pura, unidade que na terminologia husserliana recebe o título de *eu-sujeito*. O caráter contingente da experiência do mundo não afeta o eu em seu aspecto puro, enquanto eu-sujeito. Desconsidera-se o conjunto da experiência mundana quanto a sua validade objetiva, a experiência pura do ser não perde sua validade: é precisamente por, enquanto sujeito de todo conhecimento do mundo, o indivíduo não pertencer ao mundo conhecido, que no momento mesmo em que o suspende, apreende-se como sujeito puro.

É o único meio de que o sujeito dispõe para apropriar-se do eu transcendental como uma esfera de ser pura separável do mundo e que, entretanto, não é separada no sentido natural de duas esferas realmente distintas. O ser transcendental é

perfeitamente fechado sobre si e, todavia, conforme o sentido próprio da experiência mundana, de uma função se executando no eu transcendental, ele pode ser apreendido na experiência como animando um corpo vivente. O eu transcendental efetiva-se puramente em si, mesmo executando em si uma auto-objetivação, em um equilíbrio dinâmico entre ambas as perspectivas.

### Conclusão

Atentar aos diálogos filosóficos estabelecidos pelo pensamento husserliano constitui procedimento essencial para investigar os meandros da fenomenologia. Privilegiou-se aqui o debate com Platão, Descartes e Kant. Por trás das divergências pontuais, apresenta-se uma convergência nuclear que aponta à partilha do mesmo projeto de realização da racionalidade. Das idéias platônicas, passando pelo *cogito* cartesiano até o *eu penso*

kantiano, perfaz-se um caminho que desemboca na redução fenomenológica e na eidética da subjetividade transcendental. Percurso no qual se esgota o predomínio da atitude natural dependente da consideração imediata do mundo em favor da emergência da atitude transcendental descobridora da emergência do mundo, em uma tarefa infinita de cumprimento do desiderato da filosofia enquanto ciência do fundamento.

### Referências

HUSSERL, E. *Erste Philosophie (1923-1924) Erste Teil: Kritische Ideengeschichte*. La Haye: Martinus Nijhoff, 1956.

*Received on August 28, 2006.*

*Accepted on March 12, 2007.*